



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **12 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 29 de março de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO RECONHECIMENTO DA CHINA NÃO ESTÁ NA PAUTA DA VISITA VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO RESULTADOS DA VISITA DE OBAMA VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO CRESCER PREOCUPAÇÃO MUNDIAL COM A CHINA VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O GLOBO Polo da Zona Franca já estuda férias coletivas VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO IBGE medirá a inflação na indústria VEICULAÇÃO NACIONAL	7
AGÊNCIA BRASIL Empresários brasileiros participam de rodada de negócios na República Dominicana VEICULAÇÃO NACIONAL	8
PORTAL DA AMAZÔNIA Empresa polonesa quer instalar fábrica de embalagens no Amazonas VEICULAÇÃO NACIONAL	9
BRASIL ECONÔMICO-SP INDEFINIÇÃO DEIXA INDÚSTRIA NAVAL À DERIVA VEICULAÇÃO NACIONAL	10
BLOG DO HOLANDA Governo do Acre fecha contrato de execução da ZPE VEICULAÇÃO NACIONAL	12
IG NOTÍCIAS Após Geddel, PMDB espera restante de nomeações no 2º escalão VEICULAÇÃO NACIONAL	13
CBIC CNI apresenta proposta de Política de Desenvolvimento Produtivo ao ministro Fernando Pimentel VEICULAÇÃO NACIONAL	14
EXTRA.GLOBO.COM / O GLOBO Com a crise no Japão, polo da Zona Franca já estuda férias coletivas VEICULAÇÃO NACIONAL	15

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO RECONHECIMENTO DA CHINA NÃO ESTÁ NA PAUTA DA VISITA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente Dilma Rousseff não vai discutir o reconhecimento da China como economia de mercado na viagem que fará ao país em abril

Lisandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo

Às vésperas da primeira visita da presidente Dilma Rousseff à China, as barreiras comerciais, reclamações mútuas e problemas entre os países ressurgem na pauta diplomática. Um dos pontos mais difíceis dessa relação, herança do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, já tem uma resposta brasileira - e não é a esperada pelos chineses. O Brasil, na viagem da presidente, de 11 a 15 de abril, não vai reconhecer o país como economia de mercado.

A promessa, feita em 2004 por Lula na primeira visita oficial do presidente chinês, Hu Jin Tao, ao Brasil, não está nem na pauta brasileira da viagem de Dilma nem na agenda imediata do governo. "Isso é um problema para o governo brasileiro, mas ninguém quer mexer agora. Não há nenhum clima no País hoje para levar isso adiante", disse ao Estado um diplomata.

O Brasil foi o único país a falar no reconhecimento da China como economia de mercado até hoje, uma medida que irritou empresários de todas as áreas no País. No entanto, começou a morrer logo em seguida.

O próprio ex-chanceler Celso Amorim, então patrocinador da medida, se disse "decepcionado" com os poucos avanços que o Brasil obteve em troca da declaração. A decisão de não levar adiante a regulamentação, no entanto, foi tomada pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

Inovação. Não fazer o reconhecimento esperado pela China, no entanto, não resolve a maior parte dos problemas que o País tem na sua relação comercial. Especialmente porque a maior parte deles está na conta do Brasil. Burocracia excessiva para exportações, carga tributária complicada e dificuldades com infraestrutura

tornam difícil a competitividade do Brasil no mercado chinês. Mais que isso, a falta de tecnologia e inovação dos produtos brasileiros, comparado com o que se produz na China, torna quase impossível hoje um comércio que vá muito além das commodities.

"Nós não temos hoje o que vender para eles", afirma um diplomata. "Claramente é um problema nosso.

Outros países estão fazendo grandes negócios, nós também temos de fazer." A pauta brasileira de exportações para a China alcançou US\$ 30,8 bilhões em 2010 e o País mantém um superávit de mais de US\$ 5 bilhões, mas apenas baseado em produtos primários.

A principal exportação é de minério de ferro, seguido por soja e óleos brutos de petróleo. Peças de maquinário para indústria e partes para aviões e helicópteros são os produtos com maior valor agregado vendidos pelo Brasil.

Do outro lado, as principais importações do Brasil são partes para aparelhos de televisão e telefonia e telas de cristal líquido para tevês e computadores. A análise do Itamaraty é que, apesar de hoje as commodities estarem valendo mais no mercado internacional do que grande parte dos produtos industrializados, não se sabe até onde isso vai.

Na sua recente viagem à China, o chanceler Antonio de Aguiar Patriota falou ao governo chinês do interesse brasileiro em entrar no mercado local. Ouviu de um dos ministros que o Brasil precisaria investir em inovação, porque hoje há dificuldade em encontrar aqui produtos além das commodities.

Mercado interno. A viagem da presidente Dilma à China é avaliada como um dos passos mais importantes na sua política externa, além da visita do presidente americano Barack Obama e do sinal dado pela ida à Argentina em janeiro, na sua primeira saída do País. Um dos pontos da agenda é a estruturação de um seminário

sobre inovação para que o **Brasil** possa se beneficiar mais da relação com os chineses.

No entanto, o País terá de passar por cima de outro problema: a dificuldade que os empresários brasileiros tem em ver a China como um **mercado** interessante. As dificuldades de língua, legislação e a distância não entusiasma empresas que têm no próprio

Brasil um enorme **mercado** interno. Exigir a criação de barreiras comerciais, analisam fontes do governo, é mais simples e, até hoje, mais eficiente. Ainda assim, o **Brasil** vai levar cerca de 300 empresários nessa viagem. A intenção é que, dessa vez, os empresários brasileiros consigam encontrar mais oportunidades no **mercado** chinês.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO RESULTADOS DA VISITA DE OBAMA	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Rubens Barbosa - O Estado de S.Paulo

Pelas perspectivas que promete abrir no médio e no longo prazos, a recente visita do presidente Barack Obama ao Brasil, embora no contexto das incertezas e instabilidades globais, poderá ser um marco no relacionamento Brasil-EUA.

Essas relações apresentam três desafios a serem enfrentados e superados para que os entendimentos se possam desenvolver de maneira pragmática e positiva: de que forma conectar interesses comuns, como modificar as percepções de Washington em relação ao Brasil e como definir o que o nosso país quer da relação com os EUA.

Os governos de Brasília e Washington, depois de um período de tensão que durou a maior parte do governo Lula, gerada por motivações ideológicas antiamericanas e por desencontros na política externa e comercial, decidiram inaugurar uma nova etapa nas parcerias bilaterais, deixando para trás as dificuldades dos últimos anos.

A visita de Obama, centrada em temas econômicos e comerciais, ressaltou o reconhecimento, pelos EUA, da nova importância global do Brasil nas áreas de meio ambiente, comércio e energia, com o estabelecimento de parcerias globais e acordos significativos. A graduação do Brasil na área política ainda não ocorreu, como evidenciado pela manifestação de apreço, mas não de apoio à pretensão brasileira de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, pela percepção de que o País é ainda um parceiro relutante.

O comunicado conjunto, firmado pelos dois mandatários e divulgado ao final da visita, apresenta um roteiro para uma nova parceria global e bilateral, e não uma aliança estratégica, que pressupõe uma lenta construção entre iguais.

A presidente Dilma Rousseff observou que, no passado, o relacionamento esteve muitas vezes encoberto por uma retórica vazia que fugia do que estava realmente em jogo. Nesse sentido, a viagem foi marcada por uma visão pragmática, e não ideológica, propiciando resultados, embora ainda no campo das intenções.

Cabe ressaltar que os presidentes tomaram a decisão de elevar ao nível presidencial o diálogo em algumas áreas prioritárias, como parceria global, econômica, financeira e energética. Dez acordos foram assinados com vista a explorar novas possibilidades de cooperação nas áreas de comércio, educação, inovação, infraestrutura, transporte aéreo, espacial, grandes eventos esportivos, biocombustível para aviação.

Desses documentos, quatro merecem ser ressaltados:

O Acordo-Quadro Bilateral para a Cooperação sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior e o anúncio do início de negociações de acordo para proteger tecnologia de operação de lançamento; o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (Teca), cujo objetivo principal é facilitar o acesso de produtos dos EUA e do Brasil aos mercados dos dois países, além de criar mecanismos para examinar dificuldades nas questões comerciais e de investimento, avaliar barreiras fitossanitárias, simplificar processos alfandegários e harmonizar normas técnicas; o acordo de cooperação em terceiros países, sobretudo africanos, nas áreas de educação, segurança alimentar, agricultura, nutrição, saúde e fortalecimento institucional; e o acordo de biocombustível para a aviação.

Nos encontros Dilma-Obama foram lançadas as bases em que as relações deverão evoluir nos próximos anos, e que poderão beneficiar os governos e o setor privado. O mundo não cessa de mudar e, no melhor interesse dos dois países, foram mencionadas parcerias em áreas que, se de fato vierem a ocorrer, propiciarão uma mudança na qualidade do relacionamento bilateral, com ganhos concretos para ambos os lados.

O desafio de conectar os interesses dos dois países, aludido anteriormente, começou a ser respondido. Alguns exemplos podem ser mencionados. O governo norte-americano está interessado em se tornar um cliente importante do petróleo produzido no pré-sal e o governo brasileiro poderá levar adiante o programa espacial, reconstruindo a Base de Alcântara, com a colaboração de empresas dos EUA. Grandes projetos de infraestrutura, atraindo investimentos de empresas norte-americanas, poderão ajudar o Brasil a cumprir os prazos para as obras da Copa do Mundo e dos

Jogos Olímpicos. O Pentágono, o maior comprador de querosene de aviação do mundo, busca segurança energética com a **produção** de biocombustível para a aviação, o que abrirá grandes oportunidades para o setor privado brasileiro.

Do ponto de vista da política externa brasileira, a visita marcou diferenças em relação à atitude do governo anterior, segundo se depreende dos discursos e do comunicado conjunto emitido ao final da visita.

Desapareceram as restrições ideológicas e foram ressaltadas as oportunidades das parcerias com os EUA, inclusive na área espacial, com salvaguardas tecnológicas. A contribuição do **Brasil** para a paz no Oriente Médio e outras regiões será dada sem voluntarismos. O Irã tem de demonstrar a natureza exclusivamente pacífica de seus programas nucleares. O respeito aos direitos humanos e à democracia deve ser mantido até mesmo no contexto de movimentos e transições democráticas, referência indireta à Líbia. Foram

ressaltado o compromisso com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e saudados os esforços empreendidos para torná-la mais transparente e eficiente. A Unasul e o **Mercosul** foram tratados no último capítulo do comunicado. Dificilmente referências dessa natureza poderiam ser encontradas em comunicados conjuntos com os EUA nos últimos cinco ou seis anos.

De certa maneira, as decisões tomadas durante a visita de Obama retomam o tom e o espírito dos entendimentos mantidos em junho de 2003, quando da primeira visita do presidente **Lula** a Washington, ao buscar projetos de interesse comum e avançar na mudança da percepção em relação ao Brasil, diferenciando-o no contexto latino-americano.

FOI EMBAIXADOR EM WASHINGTON

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO CRESCER PREOCUPAÇÃO MUNDIAL COM A CHINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa realizada para a BBC em 27 países mostra que 40% temem crescimento econômico do gigante asiático

Resultado negativo reflete a percepção de que chineses adotam práticas desleais de comércio exterior

DE SÃO PAULO

Pesquisa realizada em 27 países em todos os continentes mostrou que cresceu a preocupação da população mundial com o aumento do poder econômico da China.

O gigante asiático já tem o segundo maior **PIB** (Produto Interno Bruto) do planeta, depois de ter ultrapassado o Japão no ano passado.

De acordo com a sondagem, elaborada pelo instituto de pesquisa GlobeScan/PIPA para a agência estatal britânica BBC World Service, 40% das pessoas consultadas consideram ser negativo o crescimento da China como potência econômica.

A mesma pesquisa foi feita em 2005, quando 34% da população considerava ruim o crescimento chinês.

Essa diferença indica que cresce o receio global do poderio econômico do gigante asiático.

A maioria da população mundial também considera ruim o fato de a China ser uma potência militar. Essa é a opinião de 63% dos entrevistados, praticamente o mesmo resultado de 2005, quando 61% dos entrevistados deram resposta negativa a essa pergunta.

O instituto entrevistou 28,6 mil pessoas em 27 países, inclusive o Brasil. Não foram divulgados resultados específicos sobre a percepção dos brasileiros, contudo.

Segundo o instituto GlobeScan/PIPA, o temor do crescimento econômico da China é maior entre os que são os principais parceiros comerciais do asiático, em especial os países do G7.

Na França, a reação negativa à potência econômica chinesa subiu de 31% para 53%, a maior variação registrada pela pesquisa. Nos Estados Unidos, o temor passou de 45% para 54%.

Na média geral, no entanto, a China ser uma potência econômica é considerado positivo por 45%. As opiniões positiva e negativa não somam 100% devido aos entrevistados que não escolheram nenhuma das duas opções.

Os países com visão mais positiva sobre a China são a Nigéria, com 82%, e o Quênia, com 77%. Segundo o instituto de pesquisa, os resultados sugerem que a preocupação com o crescimento econômico da China reflete a percepção de que o país adota práticas desleais de comércio.

Mais de um terço dos entrevistados considera as práticas de comércio da China desleais, comparados com 28% que creem que os Estados Unidos é que atuam de forma injusta.

Os entrevistados também disseram acreditar que a China vai ultrapassar os americanos em importância como parceiro econômico para os seus respectivos países nos próximos dez anos.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Polo da <u>Zona Franca</u> já estuda férias coletivas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresas japonesas da região devem parar produção entre maio e julho por falta de peças

Lino Rodrigues

SÃO PAULO. Depois de reavaliar suas linhas de produção, parte dos fabricantes japoneses no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus já planeja a concessão de férias coletivas para seus trabalhadores entre maio e julho, quando os estoques de peças e componentes começarão a se esgotar. Apesar dos esforços para contratar novos fornecedores e suprir a falta de insumos essenciais para produção na Zona Franca, as empresas enfrentam mais um problema, característico da Região Amazônica: a distância, que dificulta a chegada das mercadorias em tempo hábil para alimentar as fábricas.

- Eles ainda têm estoques para um ou dois meses, desde que aconteceu a tragédia no Japão. Com isso, maio, junho e julho serão meses chaves para a produção dessas empresas - disse Gustavo Igrejas, coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Fabricantes buscaram fornecedores na China

Segundo Igrejas, os empresários japoneses ainda estão avaliando a situação, mas já é consenso que algumas linhas de produção terão de fazer uma parada para se adaptar ao novo cenário e aos novos fornecedores. Além disso, o maior tempo para os produtos chegarem a Manaus exige que as empresas se programem para um período de estoques vazios. Daí a ideia das férias coletivas.

Para ganhar tempo, a maior parte das 32 fabricantes japonesas na Zona Franca enviou técnicos à China e a outros países da Ásia para avaliar fornecedores. O período de férias coletivas, observa Igrejas, também servirá para as

empresas reconfigurarem suas linhas de produção aos insumos que começarão a chegar.

- Todos estão atentos para não afetar a produção do fim do ano - disse Igrejas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, que tem em sua base cerca de 39 mil trabalhadores em empresas de capital japonês, disse que ainda não foi comunicado oficialmente sobre férias coletivas. Seu presidente, Valdemir Santana, porém, acredita que "elas terão de passar por esse problema em algum momento":

- Estamos trabalhando para que isso (férias coletivas) não aconteça. Mas sabemos que haverá problema.

A situação dos japoneses também preocupa o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), que tem uma reunião agendada para a manhã de hoje com a Câmara de Indústria e Comércio Nipo-Brasileira e com o Consulado do Japão no estado. Ronaldo Mota, diretor do Cieam, informou que o encontro tem como objetivo avaliar a situação dos estoques e encontrar alternativas para que o fornecimento de peças e componentes não seja interrompido.

Nas conversas que o executivo da Suframa tem tido com as empresas do Polo Industrial, a percepção é que os japoneses estão mais preocupados com os problemas sociais causados pela tragédia que com os impactos nas empresas.

- Os japoneses, tanto de lá quanto daqui, estão chocados e dando total atenção à parte social. A parte industrial eles estão deixando para depois. Mesmo quem não foi afetado pelo terremoto ou pela tsunami está parado, ajudando as vítimas - contou o executivo da Suframa.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO IBGE medirá a inflação na indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Índice de Preços ao Produtor será lançado semana que vem. Focus mantém previsão de alta

Henrique Gomes Batista e Geralda Doca

RIO e BRASÍLIA. O IBGE divulgou ontem no Rio os detalhes do novo indicador que lançará na semana que vem: o Índice de Preços ao Produtor (IPP). Mensal, ele vai analisar a inflação nos produtos industriais antes da saída da fábrica, sem levar em consideração os impostos incidentes sobre a **produção** e os custos de frete. No dia 5, o instituto fará sua primeira divulgação, com os dados de 2010, janeiro e fevereiro deste ano.

- Esse novo índice também vai ser levado em consideração nos cálculos da variação do Produto Interno Bruto (**PIB**), vai melhorar a qualidade das contas nacionais - afirmou Alexandre Pessoa, gerente do IPP.

O IPP será divulgado como um índice nacional e com dados dos 23 subsetores industriais que analisará. Mensalmente serão 1.400 empresas consultadas - que representam 70% das vendas da indústria de transformação, que conta com 120 mil empresas no Brasil. Mas para o **mercado** a grande informação será o cálculo da inflação dos produtos industriais. Com o índice, será possível descobrir o "vilão" da inflação no momento: produtores ou distribuidores. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), calculado pela FGV, por exemplo, registrou em fevereiro variação de 1,23%. Em janeiro, a taxa foi de 0,96%. Mas esse dado leva em conta impostos e fretes, segundo Pessoa.

- Essa comparação com a inflação final terá de ser feita com ressalvas, pois o IPP medirá também a variação de preços que são fabricados aqui e **exportados**. Além disso, o IPCA, por exemplo, sofre o impacto dos preços das **importações**, que não será analisado pelo IPP.

Previsão de inflação para o ano continua subindo

Pessoa afirmou que esse era um desejo antigo do IBGE e que no ano que vem o índice deverá abranger a indústria de extração. No futuro, quer analisar também os preços dos produtores de serviços e da agricultura.

Diante dos recados do Banco Central (BC) de que reforçará a política de juros com novas medidas macroprudenciais, por exemplo, de restrição ao crédito, o **mercado** passou a esperar apenas mais uma alta da Taxa Selic este ano, de 0,5 ponto percentual em abril, chegando ao fim de 2010 em 12,25% anuais. Os analistas, porém, consideram essa dose insuficiente para combater a escalada da inflação e, por isso, puxaram de 5,88% para 6% a projeção para o IPCA - que orienta o sistema de metas do governo - deste ano, pela terceira vez consecutiva e num patamar superior ao índice de 2009, que fechou em 5,91%.

A estimativa anterior para os juros básicos estava em 12,50%. A previsão para o índice de preços de 2012 também subiu de 4,80% para 4,91%. A avaliação foi colhida na última pesquisa semanal Focus, do BC. A nova previsão para a inflação do ano se aproxima, também, do teto permitido pelo sistema de metas. O objetivo central brasileiro é de 4,5%, com uma margem de tolerância - feita para absorver choques - de dois pontos para mais ou para menos.

Essa piora nas expectativas mostra que os economistas continuam pessimistas com a possibilidade de o BC vencer a queda de braço com a inflação.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Empresários brasileiros participam de rodada de negócios na República Dominicana		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Luciene Cruz

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Cinquenta empresários brasileiros dos setores de energia, alimentos, máquinas e equipamentos, casa e construção, eletrônicos e produtos médicos participam de rodada de negócios na República Dominicana. A missão empresarial tem como objetivo fortalecer e ampliar a relação comercial entre os dois países.

O evento promovido pela Agência Brasileira de Promoção de **Exportações** e Investimentos (Apex-Brasil) começou hoje (28) e segue amanhã (29) na capital Santo Domingo. O segundo dia de reunião será dedicado ao setor energético, para destacar a possibilidade de **exportação** de equipamentos, produtos e serviços, principalmente do setor sucroalcooleiro.

As discussões do setor energético vão contar com a participação de 23 empresários brasileiros, integrantes do projeto Brazilian Sugarcane Bioenergy Solutions, parceria entre a Apex-Brasil e o Arranjo Produtivo Local do Álcool (Apla). Além de atender a demanda local, o projeto visa a

expandir a **exportação** para **mercados** como Estados Unidos, Jamaica e México. Acordos bilaterais firmados entre o Caribe e os Estados Unidos facilitam o fluxo de produto entre esses países.

Segundo o presidente da Apex-Brasil, Maurício Borges, 'ainda temos possibilidade de expandir a relação comercial com esses países. Uma missão como esta nos dá a possibilidade de apresentar o potencial brasileiro e estimular as negociações'.

No ano passado, as **exportações** brasileiras para a República Dominicana somaram US\$ 401,7 milhões. Valor 42,17% maior em relação ao mesmo período de 2009. Os produtos industrializados representaram US\$ 357 milhões do total. As **importações** somaram US\$ 14,8 milhões.

Edição: Vinicius Doria

Agência **Brasil** - Todos os direitos reservados.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Empresa polonesa quer instalar fábrica de embalagens no <u>Amazonas</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

28 de março de 2011

Assessoria - portalamazonia@redeamazonica.com.br

MANAUS - Empresários da Polônia estarão visitam hoje (28) a sede da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (FIEAM)**, para conhecer os incentivos fiscais aplicados aos investimentos implantados na **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**.

De acordo com a assessoria da **FIEAM**, o interesse do empresário Mariusz Kosla é ampliar seus negócios do segmento de embalagens de alumínio no **Amazonas**. Mariusz demonstrou interesse em instalar uma filial da Can Pack no

mercado local devido os benefícios regidos pelo Modelo da **ZFM**.

Estarão presentes na reunião o assessor econômico da diretoria da **FIEAM**, Gilmar Freitas, técnicos do Centro Internacional de Negócios (CIN **Amazonas**), Tereza Oliveira e Igor Menezes, e representantes da **Suframa** e Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA
	TÍTULO INDEFINIÇÃO DEIXA INDÚSTRIA NAVAL À DERIVA	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fundo que responde por 80% dos financiamentos para o setor ainda não escolheu prioridades entre projetos que demandam financiamento de R\$ 12 bi

Paulo Justus

pjustus@brasileconomico.com.br

Apolítica de liberação dos recursos que financiam 80% da indústria naval brasileira para ainda não foi definida para este ano. Isso porque ainda não ocorreu a reunião do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (FMM) - que define a prioridade de aplicação dos recursos para o setor no país - , inicialmente prevista para ocorrer no início do ano. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval Offshore (Sinaval), os recursos para o fundo já foram liberados pela Fazenda. "Esse não é motivo dos adiamentos da data da reunião", diz o presidente da entidade, Ariovaldo Rocha.

Para Rocha, a reunião do conselho diretor do FMM é essencial para o bom andamento do programa de construção naval brasileiro, porque a partir dela se definem as prioridades de financiamento. "Somente com a prioridade aprovada, armadores e estaleiros podem se encaminhar aos agentes financeiros como **BNDES**, BB, Caixa e BNB, para apresentar projetos de financiamentos", afirma.

Marcha lenta

O atraso na definição deixa em compasso de espera estaleiros e armadores que participam do do programa Empresas Brasileiras de Navegação (EBN). Segundo o Sinaval, a reunião do FMM deve avaliar cerca de 160 novos projetos, que demandam financiamentos de R\$ 12 bilhões.

Nos últimos 10 anos, os aportes do fundo cresceram de R\$ 305 milhões em 2001 para R\$ 2,6 bilhões em 2009. De janeiro a outubro de 2010 o montante foi de 2 bilhões, de acordo com dados da Controladoria Geral da União (CGU). O fundo é o principal responsável pelo financiamento da indústria naval brasileira.

Em média, responde por 80% da necessidade de financiamento dos projetos de construção de navios. O restante é complementado por investimentos próprios dos estaleiros.

A necessidade de financiamentos, por sua vez, tem crescido graças aos programas de incentivo ao setor, como o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) e o próprio EBN, desenvolvido pela Petrobras para reduzir a dependência brasileira do **mercado** internacional de fretesmarítimos.

Até agora, o Promef encomendou 41 navios, com investimento de R\$ 9,6 bilhões junto aos estaleiros Atlântico Sul (EAS), Promar, Mauá, Eisa e Superpesa. Em 2010, foram lançados ao mar três navios do programa. Na sexta-feira, o projeto recebeu as propostas de outras oito embarcações.

O Promef é considerado um dos um dos principais projetos estruturantes do PAC. A expectativa da Transpetro é que ao longo do programa sejam criados criados 40 mil empregos diretos e 160 mil indiretos.

Já o EBN contratou em sua primeira fase 19 navios e deve contratar mais 20 na segunda etapa. O programa envolve o afretamento, pelo período de 15 anos, de navios a serem construídos por empresas brasileiras em estaleiros estabelecidos no país. Também exige que o registro da embarcação seja feito sob bandeira brasileira durante toda a duração do contrato. A perspectiva é atingir 50% de conteúdo nacional na primeira fase do programa e de 65% a 70% na segunda etapa.

" Estamos começando o processo de estruturação da cadeia produtiva de fornecedores, num momento em que o **mercado** internacional está em baixa", diz o professor do Programa de Engenharia Naval e Oceânica do Coppe/UFRJ, Floriano Pires. Segundo ele, o **Brasil** tem vantagens comparativas por causa da proximidade com os fornecedores de matérias-primas e da já estabelecida indústria de aço e metalmeccânica. Procurado, o **Ministério** dos Transportes não retornou os pedidos de entrevista.

IMPORTÂNCIA DO FUNDO

. O Fundo da Marinha Mercante fica sob a tutela do **Ministério** dos Transportes e financia 80% dos investimentos navais no país.

. Anualmente, o fundo define os projetos prioritários para o país, que têm preferência no recebimento de recursos.

. Sem a definição, estaleiros e armadores ficam em compasso de espera para apresentar projetos de financiamento.

EMPREGOS 56 mil trabalhadores estão empregados nos 37 estaleiros pesquisados pelo Sinaval em 2010. Outros 10 mil devem ser contratados por 13 estaleiros em construção.

PROJETOS 160 novos projetos devem ser examinados pelo Fundo da Marinha Mercante para analisar financiamentos de R\$ 12 bilhões.

TRANSPETRO 49 navios petroleiros integram o Programa Nacional de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro. Três deles foram lançados ao mar em 2010.

PLATAFORMAS 9 plataformas de petróleo estão em construção por estaleiros no Brasil. Dessas, três são totalmente nacionais e outras 6 parcialmente produzidas no país.

PETRÓLEO 39 navios devem ser entregues pelo programa Empresas Brasileiras de Navegação (EBN), da Petrobras, que pretende estimular a construção naval no país.

	VEÍCULO BLOG DO HOLANDA	EDITORIA	
	TÍTULO Governo do Acre fecha contrato de execução da ZPE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

29 de março de 2011

Michelângelo Botto - Tv Acre

RIO BRANCO – O governo do Acre firmou, na manhã de ontem (28), o contrato de execução dos serviços de fechamento da Zona de Processamento de **Exportação** (ZPE), localizada no município de Senador Guimard, como parte das políticas de **desenvolvimento** do estado.

Políticos, empresários e autoridades do estado estiveram presentes na solenidade. A primeira ordem assinada pelo governador Tião Viana determinou que uma área de quase 5 mil metros quadrados, localizada dentro da ZPE, seja cercada e murada. A exigência garante a instalação de balanças rodoviárias para controle dos produtos alfandegários.

A criação da ZPE faz parte das estratégias econômicas mais utilizadas no mundo, no qual as empresas nela instalada recebem tratamento fiscal e cambial diferenciado. Além disso, as Zonas de Processamento permitem a geração de empregos, aumento das **exportações**, correção de desequilíbrios regionais, além da difusão de tecnologias e métodos de gestão mais modernos.

O governador do Acre aproveitou a oportunidade para anunciar a liberação de R\$ 5 milhões, pelo **Governo Federal**, para construção do novo aeroporto internacional do estado. O projeto prevê dois locais para construção da obra, que são o Segundo Distrito da capital Rio Branco ou o município de Senador Guimard, onde está instalada a Zona de Processamento. (LO)

	VEÍCULO IG NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Após Geddel, PMDB espera restante de nomeações no 2º escalão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Partidos da base reclamam da demora e já torce para a manutenção dos cargos herdados do governo Lula

Adriano Ceolin, iG Brasília | 28/03/2011 18:20

O PMDB e os demais partidos da base aliada esperam que a presidenta Dilma Rousseff acelere as nomeações dos cargos de segundo escalão. O processo já se arrasta há quase quatro meses. Semana passada saiu o primeiro nome: Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) ganhou a vaga de vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal.

“Os nomes já foram apresentados. Agora é com a presidenta Dilma”, afirmou o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), após reunião em que a Executiva renovou o mandato da atual cúpula do partido até 2013. “Para nós é melhor que saiam os nomes dos indicados de todos os partidos”, completou.

Em entrevista ao iG na terça-feira passada, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) disse que a demora nas nomeações era natural. Nos bastidores, setores da base aliada reclamam da indefinição. Com o PMDB à frente, já existem ameaças para assustar o governo em votações no Congresso. Até o momento, porém, não está em pauta nenhum projeto que possa causar estrago ao Executivo.

Neste ano, o projeto mais **importante** do governo foi o do aumento do salário mínimo de R\$ 545. A bancada do

PMDB da Câmara mostrou força ao dar todos os seus 77 votos para o projeto governista. Na mesma noite, congressistas já especulavam sobre as nomeações. Até uma lista chegou a ser produzida sobre cargos no Executivo.

Até agora, porém, quase nada foi concretizado. Alguns aliados comemoram a manutenção de cargos herdados do governo Luiz Inácio **Lula** da Silva (2003-2010). “Na **Suframa** (Superintendência da **Zona Franca** de **Manaus**), tudo fica como está. Isso nem chegou a ser colocado em discussão”, afirmou o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que é ex-governador do **Amazonas**.

Empresa estatal que atíça a cobiça de políticos, a Petrobras manteve a maioria dos seus diretores até agora. O PP, por exemplo, pediu ajuda ao PMDB pela permanência de Paulo Roberto Costa na diretoria de Abastecimento. Os peemedebistas também garantiram a manutenção de Sérgio Machado na presidência da Transpetro, subsidiária da Petrobras.

Nos primeiros dias do governo Dilma, os ministros recém-nomeados tentaram fazer mudanças no segundo escalão, o que provocou a ira do PMDB. Imediatamente, o vice-presidente Michel Temer agiu para convencer a presidenta a paralisar as nomeações. “O problema é que de lá para cá tudo ficou em banho-maria”, disse um líder peemedebista.

	VEÍCULO CBIC	EDITORIA	
	TÍTULO CNI apresenta proposta de Política de <u>Desenvolvimento</u> Produtivo ao ministro Fernando <u>PIM</u>entel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Enviado por Sandra Bezerra, seg, 28/03/2011 - 11:50

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregará no dia 2 de abril ao ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando **PIM**entel, as propostas dos empresários para a nova fase da Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP II).

O documento conterà a visão e as propostas de todos os setores industriais sobre questões como tributação;

financiamento; **comércio** exterior; inovação; infraestrutura; meio ambiente; relações de trabalho; e cadeias produtivas.

O documento consolida as propostas do setor privado para a construção da segunda fase do PDP e reúne contribuições de mais de 30 instituições privadas, entre elas a CBIC.

	VEÍCULO EXTRA.GLOBO.COM / O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Com a crise no Japão, polo da <u>Zona Franca</u> já estuda férias coletivas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Lino Rodrigues

SÃO PAULO — Depois de reavaliar suas linhas de **produção**, parte dos fabricantes japoneses no Polo Industrial da **Zona Franca** de **Manaus** já planeja a concessão de férias coletivas para seus trabalhadores entre maio e julho, quando os estoques de peças e componentes começarão a se esgotar. Apesar dos esforços para contratar novos fornecedores e suprir a falta de insumos essenciais para **produção** na **Zona Franca**, as empresas enfrentam mais um problema, característico da Região Amazônica: a distância, que dificulta a chegada das **mercadorias** em tempo hábil para alimentar as fábricas.

— Eles ainda têm estoques para um ou dois meses, desde que aconteceu a tragédia no Japão. Com isso, maio, junho e julho serão meses chaves para a **produção** dessas empresas — disse Gustavo Igrejas, coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**).

Fabricantes buscaram fornecedores na China

Segundo Igrejas, os empresários japoneses ainda estão avaliando a situação, mas já é consenso que algumas linhas de

produção terão de fazer uma parada para se adaptar ao novo cenário e aos novos fornecedores. Além disso, o maior tempo para os produtos chegarem a **Manaus** exige que as empresas se programem para um período de estoques vazios. Daí a ideia das férias coletivas.

Para ganhar tempo, a maior parte das 32 fabricantes japonesas na **Zona Franca** enviou técnicos à China e a outros países da Ásia para avaliar fornecedores. O período de férias coletivas, observa Igrejas, também servirá para as empresas reconfigurarem suas linhas de **produção** aos insumos que começarão a chegar.

— Todos estão atentos para não afetar a **produção** do fim do ano — disse Igrejas.

O Sindicato dos Metalúrgicos de **Manaus**, que tem em sua base cerca de 39 mil trabalhadores em empresas de capital japonês, disse que ainda não foi comunicado oficialmente sobre férias coletivas. Seu presidente, Valdemir Santana, porém, acredita que “elas terão de passar por esse problema em algum momento”:

Leia a íntegra da reportagem na edição do Globo Digital(exclusivo para assinantes)